

ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO PÓS-PANDEMIA: ANÁLISE DOS DADOS DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO DE 2015 A 2021 (ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE)

Marcela de Macedo Messias (UNITAU)
Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior (orientador)
Prof. Dr. Edson Trajano Vieira (coorientador)

Resumo

O abandono escolar no ensino médio é um dos desafios da educação brasileira, e a pandemia global de coronavírus, em 2020, agravou ainda mais essa realidade, trazendo consigo novos obstáculos e impactos que se estenderam para além do ano de sua ocorrência. Em 2021, a taxa de abandono escolar no ensino médio apresentou um aumento em todo o país. Este estudo tem como objetivo analisar as estatísticas para entender como esse cenário nacional de abandono escolar no ensino médio, intensificado no período pós-pandemia, se refletiu na região do Litoral Norte do Estado de São Paulo, examinando dados de 2015 a 2021. Utilizando uma abordagem descritiva, baseada em estudos acadêmicos e relatórios governamentais, esta pesquisa visa fundamentar a discussão sobre o abandono escolar e o novo programa de transferência de renda, o Pé-de-Meia, implementado pelo governo federal em 2024 como estratégia para combater o abandono escolar no ensino médio em todo o país. A coleta de dados foi realizada em julho de 2024, e as informações obtidas no site trajetoriaescolar.org.br. Os dados foram organizados em uma tabela e gráficos com os índices do abandono escolar no ensino médio nos quatro municípios do Litoral Norte. Os resultados demonstraram um aumento do abandono escolar no ensino médio do Litoral Norte, alinhando-se com a tendência nacional de aumento no pós-pandemia, confirmando que os impactos da crise sanitária foram abrangentes e afetaram amplamente o sistema educacional. Em 2019, foram 35 estudantes em situação de abandono, em 2020 foram 34, e em 2021 pós-pandemia, o número subiu para 457 estudantes em situação de abandono escolar.

Palavras-chave: Abandono Escolar; Ensino Médio; Transferência de Renda; Litoral Norte; Pós-pandemia.

Introdução

O abandono escolar no ensino médio constitui um dos desafios mais difíceis enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. A transição entre o ensino fundamental e o ensino médio é um período crítico, marcado por uma significativa taxa de abandono, o que compromete o desenvolvimento educacional e social dos jovens. As consequências desse abandono escolar são vastas e preocupantes, repercutindo negativamente não só na vida dos indivíduos, mas também na sociedade como um todo, ao perpetuar ciclos de pobreza e exclusão social.

A pandemia de 2020 trouxe desafios sem precedentes para o sistema educacional, com impactos que se estenderam para além do ano de sua ocorrência.

Em 2021, as consequências da crise sanitária ficaram evidentes, resultando em um aumento acentuado no número de jovens que abandonaram os estudos antes de concluírem a etapa do ensino básico em todo o país.

Em resposta a essa problemática do abandono escolar, o governo federal implementou, em 2024, o programa de transferência de renda denominado Pé-de-Meia. Este programa foi especialmente concebido para jovens estudantes do ensino médio, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro e, ao mesmo tempo, incentivar a continuidade dos estudos e a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A proposta do Pé-de-Meia é reduzir as taxas de abandono escolar e aliviar as pressões econômicas que muitas vezes forçam os jovens a abandonarem a escola em busca de emprego.

Este artigo tem como objetivo analisar as causas do abandono escolar, avaliar os índices estatísticos do ensino médio e examinar as mudanças ocorridas no cenário nacional, especialmente no contexto educacional regional. A pesquisa visa compreender como o aumento do abandono escolar no ensino médio a nível nacional se manifestou no Litoral Norte de São Paulo pós-pandemia, comparando dados de 2015 a 2021.

Abandono Escolar: Causas multifacetadas e consequências

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, são delineados os princípios de igualdade de oportunidades para o acesso e permanência na escola, princípios fundamentais para garantir a universalidade e equidade educacional. Esse direito é reiterado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, em seu artigo 3, inciso I, que destaca a importância da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O abandono escolar, segundo o Instituto Unibanco, refere-se à ausência contínua do estudante ao longo do ano letivo, enquanto a evasão escolar ocorre

quando o aluno, independentemente de ser aprovado ou reprovado, não efetua a matrícula para o ano letivo subsequente.

O abandono escolar no ensino médio emerge como uma das questões centrais a serem enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro, pois, do ensino fundamental para o ensino médio representa um período crítico, no qual muitos estudantes enfrentam desafios que os tornam vulneráveis ao abandono. Esse fenômeno não apenas prejudica o progresso educacional dos jovens, mas também impacta negativamente seu desenvolvimento social e pessoal. As consequências adversas do abandono escolar têm um efeito cascata, afetando tanto o indivíduo quanto a sociedade, perpetuando desigualdades e excluindo grupos vulneráveis.

No Brasil, o abandono no ensino médio constitui um problema para o desenvolvimento educacional e socioeconômico do país. Apesar dos avanços nas políticas educacionais, a taxa de abandono escolar permanece, revelando uma complexa teia de fatores que contribuem para essa problemática.

Segundo o Instituto Unibanco, a situação educacional dos jovens de 15 a 17 anos revela importantes questões sobre sua inserção no sistema educacional. A falta de matrícula inicial sugere uma dificuldade de acesso, enquanto uma diminuição no número de jovens fora da escola ao longo do ano pode indicar um ingresso tardio, caracterizando matrículas realizadas após o início do ano letivo. Por outro lado, um aumento na quantidade de jovens fora da escola nesse mesmo período pode ser interpretado como uma tendência de evasão, onde, apesar de uma entrada inicial, os estudantes desistem dos estudos ao longo do ano.

De acordo com o UNICEF (2021), o abandono escolar pode estar relacionado a diversos fatores, como trabalho remunerado, afazeres domésticos, gravidez na adolescência e práticas de reprovação. A reprovação pode impactar negativamente a autoestima dos estudantes, levando-os a desistir dos estudos, especialmente quando as propostas curriculares não se alinham aos seus interesses e não atribuem significado às aprendizagens. A escola deve acolher e estimular os estudantes, ajudando-os a construir seus projetos de vida e a dar sentido às suas experiências educacionais. O abandono escolar não é apenas uma questão individual, mas um desafio que envolve toda a sociedade, incluindo os profissionais da educação, gestores e os próprios estudantes.

O Instituto Unibanco destaca que a faixa etária adequada para o Ensino Médio é entre 15 e 17 anos, e que o abandono escolar pode acarretar problemas como a evasão, em que o aluno não retorna no ano seguinte, e a distorção idade-série, resultante da ausência nesse nível de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, por meio de sua Meta 3, visa assegurar que toda a população nessa faixa etária esteja frequentando a escola, com a meta de que 85% das matrículas do Ensino Médio sejam ocupadas por estudantes dessa idade. Assim, identificar as idades que apresentam as maiores ou menores taxas de abandono é crucial para que os gestores possam desenvolver ações mais direcionadas e eficazes.

O abandono escolar no ensino médio representa um desafio multifacetado, influenciado por uma variedade de fatores interconectados. Aspectos socioeconômicos, familiares, estruturais e culturais desempenham papéis significativos na decisão de um estudante abandonar os estudos. Pressões financeiras, falta de suporte familiar, desinteresse curricular, deficiências na qualidade do ensino, ausência de perspectivas futuras e desafios emocionais são apenas algumas das variáveis que contribuem para a evasão escolar.

Estudantes provenientes de famílias de baixa renda enfrentam barreiras, como a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, a falta de recursos para materiais escolares e transporte, e ambientes domésticos que não incentivam a continuidade dos estudos.

Conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e especificamente na ODS 4, que trata da Educação de Qualidade, a Meta 4.a enfatiza a importância de proporcionar infraestrutura física escolar adequada às necessidades das crianças, acessível para pessoas com deficiências e sensível às questões de gênero. O objetivo é garantir a existência de ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos, não violentos e eficazes para todos os estudantes.

A qualidade e a infraestrutura das escolas também desempenham um papel crucial na decisão dos estudantes de permanecerem ou abandonarem a escola. Escolas com infraestrutura inadequada, falta de recursos didáticos, professores mal remunerados e desmotivados, além de currículos pouco atraentes, tendem a ter maiores taxas de abandono. A desmotivação dos alunos, resultante de um ambiente escolar pouco acolhedor e desprovido de suporte adequado, acaba levando muitos a abandonarem os estudos.

Segundo a publicação do Cenário da Infância e Adolescência no Brasil da Fundação Abrinq (2022), a análise das condições da infraestrutura física das escolas brasileiras revela as privações enfrentadas por crianças e adolescentes ao longo de sua trajetória escolar. Em 2020, mais de 8 mil escolas (8,6 mil) relataram não possuir acesso a sistemas de coleta de esgoto, enquanto 3,46 mil escolas não tinham acesso a sistemas de distribuição de água. Ainda nesta publicação, Fundação Abrinq (2022), destacou a necessidade emergencial de adotar o ensino remoto nas escolas brasileiras a partir de 2020. Esse contexto revelou as dificuldades enfrentadas por mais de 31,7 mil escolas que não possuíam computadores em 2020, e por mais de 36,5 mil escolas, que mesmo tendo computadores, não tinham acesso à internet.

A Meta 3.7 da ODS 3 ressalta a importância crucial de assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, a informação e a educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. Considerando que a gravidez na adolescência é um dos motivos para a interrupção dos estudos por jovens mães, a promoção da saúde sexual e reprodutiva pode desempenhar um papel fundamental no combate ao abandono escolar entre adolescentes.

Segundo o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (2021), a gravidez e a parentalidade na adolescência são fatores que contribuem para o abandono escolar de estudantes do ensino médio na América Latina. A gravidez precoce acarreta um custo de oportunidade para as jovens, uma vez que a falta de abordagem adequada a essa questão pode resultar na interrupção ou abandono dos estudos por parte das adolescentes. Essa realidade compromete as oportunidades de desenvolvimento dessas jovens, pois o abandono escolar impede a conclusão da educação formal, gerando desvantagens no mercado de trabalho e na inserção produtiva, além de torná-las mais vulneráveis à pobreza, violência, criminalidade e exclusão social.

Problemas familiares, como conflitos domésticos, abuso e negligência, também estão associados ao abandono escolar.

A violência nas escolas e nas comunidades onde os estudantes residem pode criar um ambiente de medo e insegurança, que desestimula a frequência regular às aulas.

A percepção da relevância do currículo para a vida prática e para o mercado de trabalho também influencia no abandono escolar. Muitos estudantes não conseguem ver uma conexão clara entre o que aprendem na escola e suas aspirações profissionais futuras, o que pode levar à desmotivação e ao abandono dos estudos. A falta de orientação profissional e de programas que conectem a educação formal às demandas do mercado de trabalho agrava essa situação. Nesse sentido, a reformulação do Ensino Médio foi implantada com o objetivo de proporcionar maior flexibilidade, permitindo que os estudantes possam combinar a formação técnica e profissional com os estudos acadêmicos. De acordo com Todos pela Educação (2021), essa mudança também visa garantir que um maior número de alunos se forme com as habilidades técnicas e os conhecimentos necessários para atender às exigências do mercado de trabalho.

Do ponto de vista individual, a falta de conclusão do ensino médio limita as oportunidades de emprego e de renda, perpetuando o ciclo de pobreza. Coletivamente, uma alta taxa de abandono escolar resulta em uma força de trabalho menos qualificada, impactando negativamente a produtividade e o desenvolvimento econômico do país.

Além disso, o abandono escolar está associado a uma série de problemas sociais, como o aumento da criminalidade, a maior dependência de programas de assistência social e a menor participação cívica e política.

A falta de educação adequada limita a capacidade dos indivíduos de tomarem decisões informadas e de se engajarem ativamente em suas comunidades, enfraquecendo a coesão social e o desenvolvimento democrático.

Pé-de-Meia: Objetivos e critérios

Criado pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, o programa Pé-de-Meia visa oferecer um incentivo financeiro-educacional para fomentar a permanência e a conclusão escolar. De acordo com o § 3º da referida Lei, a elegibilidade ao incentivo será determinada com base em critérios de inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e poderá incluir outros critérios relacionados, conforme estabelecido no regulamento. Esses critérios incluem: I - Situação de vulnerabilidade social; II - Matrícula em escola em tempo integral; III - Idade do estudante contemplado. O Art. 2º da Lei define os objetivos principais do incentivo, que são:

I - Democratizar o acesso dos jovens ao ensino médio e estimular sua permanência na escola; II - Mitigar os efeitos das desigualdades sociais sobre a permanência e conclusão do ensino médio; III - Reduzir as taxas de retenção, abandono e evasão escolar; IV - Contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação; V - Promover o desenvolvimento humano, abordando determinantes estruturais da pobreza extrema e sua reprodução intergeracional; VI - Estimular a mobilidade social. (Brasil, 2024).

De acordo com o Governo Federal (2024), o Pé-de-Meia é um programa que oferece incentivo financeiro-educacional aos estudantes do ensino médio público que são beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A iniciativa visa criar uma poupança para promover a permanência e conclusão escolar, com o objetivo de democratizar o acesso à educação, reduzir desigualdades sociais, e estimular a inclusão educacional e a mobilidade social.

As condicionalidades do programa se restringem aos seguintes critérios: os estudantes devem pertencer a famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); possuir inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); estar matriculados no ensino médio regular das redes públicas, com idade entre 14 e 24 anos; apresentar frequência escolar mínima de 80%; completar o ano letivo com êxito e participar das avaliações obrigatórias.

Ao comprovar matrícula e frequência, o estudante recebe o pagamento de incentivo mensal de R\$ 200, que pode ser sacado em qualquer momento. No caso da Educação de Jovens e Adultos, ao comprovar matrícula, o estudante recebe incentivo de R\$ 200, e incentivo mensal de R\$ 225, pela frequência; ambos disponíveis para saque. O beneficiário do Pé-de-Meia ainda recebe R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no ensino médio. Considerando as parcelas de incentivo, os depósitos anuais e o adicional de R\$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores chegam a R\$ 9.200 por aluno. (Governo Federal, 2024).

Programa Pé-de-Meia surge como uma nova política pública ao direcionar esforços para reduzir o abandono escolar e promover a continuidade dos estudos entre os jovens. Esta iniciativa busca enfrentar os desafios acadêmicos, mas também as questões socioeconômicas que frequentemente estão na causa do abandono escolar do país.

Ao oferecer suporte financeiro aos alunos, com o incentivo matrícula, incentivo frequência, incentivo conclusão e incentivo ENEM, o Programa Pé-de-Meia visa minimizar as barreiras econômicas que muitas vezes impedem os estudantes de prosseguirem com sua educação. A provisão de recursos financeiros para despesas básicas, como transporte, alimentação e material escolar, pode representar um

incentivo significativo para que os alunos permaneçam na escola e completem seus estudos.

Método

A presente pesquisa adota uma abordagem descritiva, incluindo estudos acadêmicos e relatórios governamentais, a fim de embasar teoricamente a discussão sobre o abandono escolar, e explanar sobre o programa de transferência de renda Pé-de-Meia.

Além disso, foi elaborado um breve relato histórico, econômico e educacional dos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, com base em referências bibliográficas, para contextualizar as questões sociais específicas da região do Litoral Norte do estado de São Paulo.

A coleta de dados ocorreu em julho de 2024, utilizando o site trajetoriaescolar.org.br, que faz parte da iniciativa Trajetórias de Sucesso Escolar. Esse projeto é promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com o Instituto Claro e a Cidade Escola Aprendiz, com o objetivo de enfrentar a cultura do fracasso escolar. O site oferece painéis com indicadores de fluxo escolar e aprendizagem, abrangendo dados nacionais, estaduais e municipais. Esses dados são elaborados a partir do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), permitindo diferentes recortes, como gênero, raça/cor, localização da escola, condição de deficiência, entre outros.

Os dados obtidos foram compilados em gráficos e tabelas para a análise. Os resultados e discussões serão abordados no item a seguir.

Resultados e Discussão

A região do Litoral Norte de São Paulo foi colonizada por indígenas e, posteriormente, por portugueses no século XVI. A presença dos jesuítas no século XVII acarretou as primeiras comunidades. A cultura caiçara, combina elementos indígenas, africanos e europeus é uma marca importante na identidade local.

A região atrai visitantes durante todo o ano, especialmente nas férias e feriados, contribuindo para o comércio local, serviços de hospedagem e gastronomia. Além do turismo, a pesca e a agricultura familiar.

A região litorânea abriga diversas áreas de proteção ambiental, como o Parque Estadual da Serra do Mar que preserva uma rica biodiversidade da Mata Atlântica.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2022, a população de Caraguatatuba era de 134.873 habitantes, com uma densidade demográfica de 278,12 habitantes por quilômetro quadrado. A base econômica do município é o comércio e a prestação de serviços, com destaque para o turismo. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,6 salários mínimos. No ensino médio, em 2023, houve 5.908 matrículas distribuídas em 24 escolas de ensino médio. Em 2023 o município obteve um índice de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ensino médio de 4,3.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2022, a população de Ilhabela era de 34.934 habitantes, com uma densidade demográfica de 100,85 habitantes por quilômetro quadrado, sendo um município arquipélago marinho. O turismo é uma das principais atividades econômicas do município. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,7 salários mínimos. No ensino médio, em 2023, foram registradas 1.318 matrículas, distribuídas em 6 escolas de ensino médio. Em 2023 o município obteve um índice de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ensino médio de 4,3.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2022, a população de São Sebastião era de 81.595 habitantes, com uma densidade demográfica de 131,31 habitantes por quilômetro quadrado. O salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,8 salários mínimos, tendo o turismo como uma atividade econômica importante na região. Em relação ao ensino médio em 2023, houve um total de 3.849 matrículas distribuídas em 14 escolas de ensino médio. O índice obtido no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o ensino médio foi de 4,5.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2022, Ubatuba tinha uma população de 92.981 habitantes e uma densidade demográfica de 100,85 habitantes por quilômetro quadrado. O turismo é uma atividade econômica importante na região. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,1 salários mínimos. Em relação ao ensino médio em 2023, houve um total de

3.774 matrículas distribuídas em 19 escolas de ensino médio. Quanto ao índice obtido no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o ensino médio foi de 4,1.

Segundo o Instituto Unibanco, conhecer a distribuição territorial do abandono escolar é estratégico para o gestor. Cada município ou Regional de Ensino de um estado possui especificidades que resultam em diferentes taxas de abandono.

Deve-se atentar para as características que diferenciam os municípios: maiores áreas urbanas ou rurais, áreas mais ou menos povoadas, regiões mais pobres, proximidade com outros estados etc. Caracterizar a região ajuda a entender o perfil do jovem e a traçar estratégias mais assertivas. Se dentro do estado existem locais que estão progredindo na questão do abandono, é o momento de saber o que tem sido feito. (Instituto Unibanco, s/d).

A análise da Taxa de Abandono no Ensino Médio no Brasil de 2015 a 2021 revela uma tendência ao longo desses anos. Os números mostram uma variação com valores mais elevados em 2015 e 2016, diminuindo em 2017 e 2018, e uma queda em 2019 do abandono escolar. Em 2020, houve uma queda drástica nessa taxa, atingindo seu ponto mais baixo na série temporal analisada, devido a situação pandêmica. No entanto, em 2021, observou-se um aumento desse índice.

Tabela 2 - Taxa de Abandono no Ensino Médio nas Regiões Brasileiras, 2015 a 2021.

Anos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	99.325	81.780	73.039	81.201	67.635	8.016	81.465
Nordeste	167.363	165.030	145.048	141.132	102.088	38.468	128.992
Sudeste	132.374	162.274	140.419	145.263	96.463	63.605	88.748
Sul	79.300	63.713	67.789	65.381	41.329	41.852	54.490
Centro-Oeste	45.758	37.747	29.568	28.784	26.071	5.705	12.839
Total	524.120	510.544	455.863	461.761	333.586	157.646	366.534

Fonte: Trajetória Escolar, 2024.

Na Região Norte entre 2015 e 2019, observa-se uma tendência de queda na taxa de abandono escolar. Em 2015, o número era de 99.325, que foi reduzido para 67.635 em 2019. Esse declínio representa uma redução de aproximadamente 32% ao longo de quatro anos. Embora o período entre 2015 e 2019 seja caracterizado por uma tendência de queda, houve um aumento em 2018, quando a taxa subiu para 81.201. O ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19, apresenta uma taxa

de abandono reduzida, com apenas 8.016 abandonos registrados. Em 2021, a taxa de abandono voltou a subir, alcançando 81.465, um valor próximo ao de 2016 e 2018.

Entre 2015 e 2019, a taxa de abandono escolar no Nordeste mostra uma queda. Em 2015, o número era de 167.363, que foi reduzido para 102.088 em 2019. Essa redução de cerca de 39% indica que, nesse período, a região experimentou uma melhoria nos índices. O ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19, registrou uma queda no abandono escolar, com o número de abandonos caindo para 38.468. Em 2021, o número de abandonos voltou a subir para 128.992. Embora esse número ainda seja inferior ao de 2015, ele representa um aumento significativo em relação a 2020.

Entre 2015 e 2018, a taxa de abandono escolar na Região Sudeste apresentou flutuações consideráveis. Em 2015, o número era de 132.374, e em 2016 houve um aumento expressivo para 162.274, um crescimento de aproximadamente 22%. Após o pico em 2016, a taxa de abandono caiu para 140.419 em 2017 e, em 2018, subiu novamente para 145.263. Em 2019, a taxa de abandono escolar na Região Sudeste caiu significativamente para 96.463, uma redução de 33% em comparação com 2018. No ano de 2020, registrou uma nova queda substancial na taxa de abandono escolar, com 63.605 estudantes abandonando a escola. Com a reabertura gradual das escolas e a retomada das aulas presenciais em 2021, a taxa de abandono escolar voltou a subir para 88.748. A comparação entre os anos de 2019 (pré-pandemia) e 2021 (pós-pandemia) mostra que, apesar do aumento observado em 2021, o abandono escolar não voltou aos níveis mais elevados de 2016 e 2018.

Entre 2015 e 2016, a taxa de abandono escolar na Região Sul caiu de 79.300 para 63.713, uma redução de cerca de 20%. Em 2017, a taxa de abandono subiu para 67.789, revertendo a tendência de queda observada no ano anterior. Nos anos seguintes, de 2017 a 2019, as taxas de abandono se mantiveram estáveis, com 65.381 abandonos em 2018 e uma queda mais expressiva para 41.329 em 2019. O ano de 2020 registrou um aumento para 41.852, durante o período da pandemia de COVID-19. Com a retomada gradual das aulas presenciais em 2021, o abandono escolar voltou a subir para 54.490.

Entre 2015 e 2019, a taxa de abandono escolar na Região Centro-Oeste mostra uma queda significativa. Em 2015, o número de abandonos era de 45.758, caindo para 37.747 em 2016 e para 29.568 em 2017, representando uma redução contínua

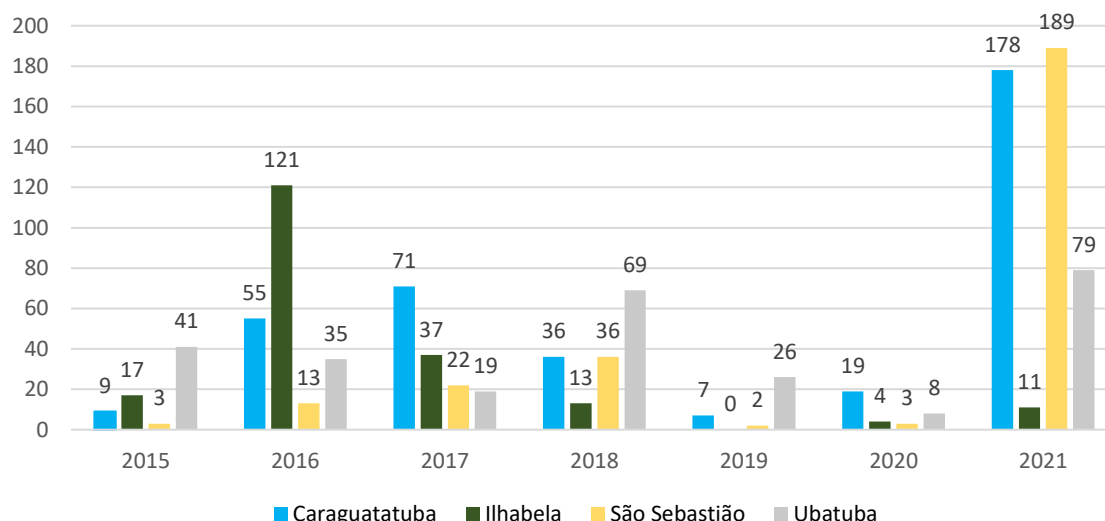
de aproximadamente 18% a 22% ao ano. Essa queda se mantém, com uma redução ainda mais expressiva entre 2017 e 2019, quando o número de abandonos chega a 26.071. O ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19, apresenta uma queda drástica no número de abandonos, com apenas 5.705 registros de abandono escolar. Com a reabertura das escolas e o retorno gradual às aulas presenciais em 2021, a taxa de abandono escolar na Região Centro-Oeste aumenta para 12.839. Esse número, embora ainda inferior aos níveis pré-pandemia, é mais que o dobro do registrado em 2020.

Entre 2015 e 2019, a taxa de abandono escolar no Brasil apresenta uma queda significativa, passando de 524.120 abandonos em 2015 para 333.586 em 2019. Esta redução de aproximadamente 36%. O ano de 2020, marcado pela pandemia, registrou uma queda abrupta no número de abandonos, com apenas 157.646 abandonos escolares em todo o país. Em 2021, o número de abandonos aumentou para 366.534, indicando um retorno ao patamar anterior à pandemia.

Queiroz (2023) observou que, no contexto nacional, houve um aumento no índice de abandono escolar no ensino médio entre 2019 e 2022. A taxa de abandono, considerando todas as instâncias administrativas e escolas urbanas e rurais, passou de 4,8% em 2019 para 5,7% em 2022. Especificamente na região Sudeste, para a rede pública de ensino, o índice cresceu de 4% para 5% no mesmo período. Destaca-se que Minas Gerais, que em 2019 possuía a segunda maior taxa de abandono na região, atrás do Rio de Janeiro, tornou-se em 2022 o estado com a maior taxa de abandono na rede estadual do Sudeste, ultrapassando o Rio de Janeiro.

O gráfico a seguir apresenta o número de estudantes em situação de abandono escolar no ensino médio entre os anos de 2015 e 2021 nos municípios do LN do estado de São Paulo.

Gráfico 1 - Número de Estudantes em Situação de Abandono Escolar no Ensino Médio nos Municípios do Litoral Norte do Estado de SP, de 2015 a 2021



Fonte: Trajetória Escolar, 2024

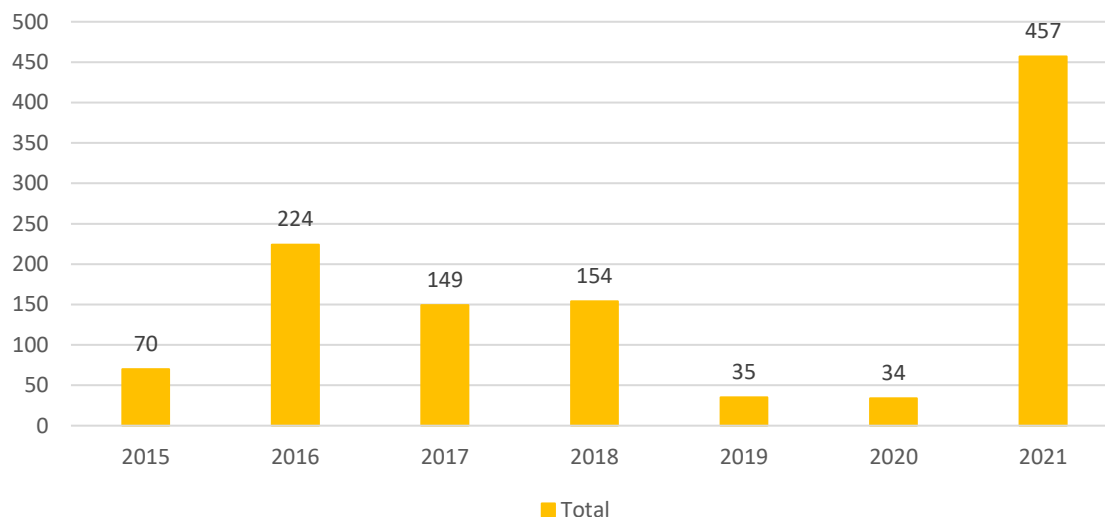
Em Caraguatatuba, o número de alunos em abandono escolar oscilou ao longo dos anos. Em 2015, o abandono foi relativamente baixo, tendo 9 alunos, mas houve um aumento entre 2016 e 2017, chegando a 71 alunos. No ano de 2018, o abandono caiu para 36 e reduziu em 2019 para 7 alunos. E em 2020, o número foi de 19 alunos e em 2021 passou para 178 alunos em situação de abandono escolar.

Em Ilhabela, o maior pico de abandono escolar ocorreu em 2016, com 121 alunos. Nos anos seguintes, esse número caiu consideravelmente, chegando a 0 em 2019. No entanto, em 2021 houve um aumento, com 11 alunos, representando o menor índice de abandono em comparação com os outros três municípios do LN.

No município de São Sebastião, em 2015, foram registrados 3 casos de abandono escolar, com um aumento no ano de 2018 para 36, e apenas 2 registros em 2019, entretanto, o número disparou em 2021, com 189 alunos abandonando a escola, um aumento relevante comparado aos anos anteriores.

Ubatuba apresentou números de abandono variáveis ao longo do período. Em 2015, o número de alunos em abandono foi de 41, depois caiu em 2016 e 2017 para 35 e 19 alunos, e voltou a subir para 69 em 2018. Em 2019, o número de abandonos escolares foi reduzido para 26 alunos. Com a pandemia em 2020, esse número caiu para 8 alunos; no entanto, em 2021 o índice aumentou para 79 alunos.

Gráfico 2 - Número de Estudantes em Situação de Abandono Escolar no Ensino Médio no Litoral Norte do Estado de SP, de 2015 a 2021



Fonte: Trajetória Escolar, 2024.

Em 2015, o total de estudantes em situação de abandono no ensino médio no LN no estado de São Paulo, foi relativamente baixo, com 70 alunos, mas observou-se um aumento em 2016, quando o número saltou para 224 alunos.

Em 2017, houve uma queda nos números, com 149 alunos, o que representa uma melhora em comparação com o ano anterior.

O número de estudantes em situação de abandono escolar permaneceu estável em 154 alunos em 2018, indicando uma estagnação em relação ao ano anterior.

Em 2019, entretanto, o número de alunos que abandonaram a escola foi reduzido para 35.

Em 2020, ano da pandemia, o número de alunos em abandono escolar manteve-se baixo com 34.

Entretanto, em 2021 registrou-se o aumento no número de alunos em situação de abandono escolar, atingindo 457 alunos, mais de 13 vezes o número registrado em 2020.

Conclusão

Observa-se um aumento no número de estudantes em situação de abandono escolar no ensino médio no Litoral Norte do Estado de São Paulo, que passou de 70

em 2015 para 224 em 2016. Esse aumento foi impulsionado pelo município de Ilhabela, que registrou 121 casos de abandono em 2016. Considerando que Ilhabela possui a menor população e o menor número de matrículas no ensino médio entre os municípios da região, essa discrepância chama a atenção e exige uma investigação mais aprofundada. Uma pesquisa específica é necessária para identificar os fatores que contribuíram para esse número elevado de abandonos no município, especialmente em comparação com os demais municípios do Litoral Norte, ao longo do período de cinco anos, de 2015 a 2020.

Após o pico de 2016, o número de abandonos diminuiu em 2017 para 149 e aumentou ligeiramente para 154 em 2018. Essas variações menores sugerem uma tentativa de estabilização, e possíveis ações no combate ao abandono escolar, mas ainda é possível notar oscilações.

O número de abandonos reduziu para 35 em 2019 e permaneceu praticamente estável em 2020, com 34 casos. No entanto, os dados de 2021, indicam 457 estudantes em situação de abandono, mostram que o Litoral Norte reflete e se alinha ao contexto de elevação dos índices de abandono escolar a nível estadual e nacional no pós-pandemia, confirmando que os impactos da crise sanitária foram abrangentes e afetaram amplamente o sistema educacional.

Na plataforma trajetoriaescolar.org.br utilizada como fonte de dados para esse artigo, os índices dos anos subsequentes, ainda não foram disponibilizados, o que impossibilita a análise da continuidade do padrão de crescimento do abandono escolar nos anos de 2022 e 2023. O artigo faz menção a estudos que indicam a persistência desse desafio nos anos seguintes. Além disso, a criação do programa Pé-de-Meia em 2024, demonstra a iniciativa de uma política pública dentro desse contexto, de combate à evasão e ao abandono escolar.

O programa Pé-de-Meia demonstra ser uma possível ferramenta no combate ao abandono escolar, inspirado em modelos bem-sucedidos de benefícios e transferências de renda já implementados no Brasil. Ao focar nas necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, a iniciativa busca oferecer suporte financeiro, o que pode contribuir para a permanência dos alunos na escola e consequentemente a redução das taxas de abandono no ensino médio.

Entretanto, a eficácia total do programa Pé-de-Meia só poderá ser completamente avaliada nos anos seguintes, à medida que os dados forem coletados

e analisados sobre: abandono escolar, qualidade da aprendizagem e desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Se os alunos beneficiados pelo programa apresentarem melhorias na qualidade de aprendizagem, isso poderá indicar que o Pé-de-Meia não só ajudou a combater o abandono escolar, mas também contribuiu para elevar o nível educacional dos estudantes. Portanto, o sucesso do programa dependerá de uma avaliação contínua e sistemática dos resultados.

Estudos contínuos que considerem o contexto educacional de forma abrangente, compreendendo as variáveis envolvidas, como programas de transferência de renda, incentivos à permanência escolar, melhorias na infraestrutura e adaptação dos currículos às necessidades locais, são fundamentais. A integração entre os setores de educação, assistência social e saúde, por meio de políticas públicas, visando não apenas o retorno dos jovens às escolas, mas também sua permanência e desenvolvimento integral, favorece a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade a longo prazo.

Referências

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14818-16-janeiro-2024-795255-publicacaooriginal-170861-pl.html>. Acesso em: 06 de ago. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

INSTITUTO UNIBANCO. Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar>. Acesso em: 11 de ago. 2024.

INSTITUTO UNIBANCO. Roteiro de análise de indicadores educacionais: abandono e evasão escolar. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/b9c2c1e7-44ca-4492-a940-4e8dfa58989d/>. Acesso em: 11 de ago. 2024.

TRAJETÓRIA Escolar. Disponível em: <https://trajetoriaescolar.org.br/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

TRAJETÓRIAS de Sucesso Escolar. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar. Dados publicados no site da Estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (UNICEF e parceiros). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dBU8-T_2c_zY2SzxpiMZYfpTU-IL0BnP/view. Acesso em: 5 ago. 2024.

Todos pela educação. A educação no Brasil: uma perspectiva internacional. 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf. Acesso em 10 de ago. 2024.

UNICEF e parceiros. Reprovação, distorção idade-série e abandono escolar. Publicado em 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1YUR-l449yj1RGcB2a1s5f9uRt_j9rX/view. Acesso em: 05 de ago. 2024.

QUEIROZ, Mylena Dias de. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Estatística da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Especialista em Estatística com ênfase em Estatística Aplicada. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/62459/1/monografia_Mylena_Dias_final_certificado.pdf. Acesso em: 01 de set. 2024.